



Vencemos uma batalha, mas ainda não a guerra

O Deputado Zé Inácio que, ao lado do Deputado Bira, tem sido um parceiro importante na defesa da Eletronorte, na Assembleia Legislativa do Maranhão, também deu seu recado sobre o processo de luta contra a privatização do setor elétrico e do patrimônio nacional.

1- A Frente Parlamentar Em Defesa da Eletronorte, no Maranhão, tem tido que papel?

A Frente pretende alertar para os desmontes e combater a ameaça de privatização da Eletronorte e dos bancos públicos pelo Governo Temer. Essa Frente é para unificar a luta de todos/as, é fundamental para unir as forças que defendem as instituições e propor esse debate para fazermos o enfrentamento contra a aprovação dessas medidas.

2-Quais os principais desafios enfrentados?

Informar à população o verdadeiro papel dessas instituições públicas perante a sociedade, a economia, a soberania nacional e o desenvolvimento do país, como também para a execução de programas sociais, que tiveram grande destaque nos governos dos petistas Lula e Dilma, como o “Minha Casa, Minha Vida” com a construção de quase 5 milhões de moradias, e o “Luz para Todos” que já atendeu 15 milhões de consumidores, benefícios da previdência e assistência social, e acesso ao crédito, a exemplo do

Pronaf.As privatizações acarretarão principalmente na queda dos financiamentos em educação, agricultura e habitação com juros compatíveis, como também no aumento de cerca de 17% na conta de energia.

3-Quão importante foi a retirada do projeto de privatização da pauta do Congresso esse ano?

A retirada de pauta foi uma vitória da população, já que as mudanças trariam aumento no preço da energia elétrica, e também salva o patrimônio da Eletrobras e o tesouro nacional.

4- Quais são os próximos passos após a matéria ter sido tirada da pauta deste ano?

A vitória é parcial e importante, mas nossa luta não acabou. Seguiremos firmes até a instalação de um governo legítimo, que respeite o estado nacional e o patrimônio do povo brasileiro. É uma vitória parcial, porque nós queríamos que o projeto fosse retirado da Câmara pelo Governo. Portanto, vencemos uma batalha, mas ainda não a guerra.

Enfrentamos essa situação para que o povo não pague a conta

O vereador Honorato Fernandes, aliado da luta contra a privatização na Câmara Municipal, falou sobre o apoio e as adesões de parlamentares, através da ação dos eletricitários, sobre nossa conquista e os desafios que se mantêm.



1- Como se deu a articulação da Frente Parlamentar em defesa da Eletronorte e Eletrobras?

Ela foi fruto de uma provocação dos urbanitários, através do STIU-MA, que buscou fortalecer o entendimento do que representa esse ataque ao sistema elétrico brasileiro por meio da privatização. Os Urbanitários fizeram um processo fundamental no sentido de conscientizar não só a classe de políticos, mas também a população, mobilizando a todos/as contra o processo de privatização. Então, é importante frisar que esta capacidade de mobilização é quem fez com que hoje a gente tivesse uma Frente Parlamentar Ampla em Defesa do Sistema Elétrico e, em contrapartida, em defesa também de um Brasil soberano, pois água e energia não podem ser tratados como mercadoria.

2- Quais os principais desafios enfrentados?

Primeiro, enfrentar um Congresso golpista, entregue ao capital estrangeiro, que tem pautado e aprovado uma série de medidas do governo ilegítimo, que nos colocam numa situação,

enquanto País, de extrema fragilidade. Por isso, é um grande desafio mobilizar para interferir nas decisões dentro do Congresso, seja na Câmara dos Deputados, seja junto aos senadores, com o objetivo de tirar estes projetos da pauta de votação este ano. E desafio maior ainda é impedir que eles retornem à pauta nacional, por que eles atingem a população brasileira. Então, se não fizermos o enfrentamento, nós estaremos concordando em entregar um item que é importantíssimo, que é a energia, ao controle do capital especulativo, ao capital internacional.

3 - O que significa a retirada do projeto de privatização das geradoras e transmissoras da pauta do Congresso esse ano?

É um fato de importância fundamental. Ao barrarmos o projeto, estamos impedindo que o povo brasileiro pague a conta, conta esta que seria paga em duas medidas: uma com o aumento das tarifas, que é um impacto direto e atinge, em especial, a população mais pobre; e a outra medida, é a fragilidade da soberania brasileira diante da entrega de algo que é estratégico, não

só para o Brasil, mas para qualquer outro País que se respeite e defenda seus interesses.

4- Como o senhor vê os próximos passos da luta em defesa do setor?

Primeiro, quero parabenizar a capacidade de mobilização dos trabalhadores do sistema elétrico e do Sindicato dos Urbanitários, parabenizar os movimentos sociais que apoiaram e a classe política que também buscou apoiar. Tirar o projeto da pauta é uma grande conquista da ação e mobilização organizada de vários atores, mas em especial dos urbanitários. Mas isso não significa dizer que a gente não tenha que ficar atento, pois, a qualquer momento, a depender do vento e da movimentação política diante de um cenário de alta instabilidade na política brasileira, este tema pode retornar à pauta na Câmara dos Deputados e no Senado. Tivemos uma vitória neste momento, que é o compromisso de não votar esta pauta mais este ano, mas isso não significa dizer que isso não possa ocorrer. Então, temos que ficar em estado de alerta e manter o processo de mobilização.



Pinga Fogo

JORNAL DO SINDICATO DOS URBANITÁRIOS DO MARNHÃO - ED. ESPECIAL - AGOSTO 2018



Privatização da Eletrobras é retirada da Pauta do Câmara dos Deputados



A vitória é parcial, fruto da luta persistente dos eletricitários e do apoio de parlamentares, movimentos sociais e indígenas. Seguimos atentos e fortes!

(Saiba mais na página 2)

Fotos: Dia de Luta (set/2017); Audiência Pública na Câmara Municipal de São Luís (dez/2017); Audiência Pública ALEMA (set/2017); Lançamento da Frente Parlamentar ALEMA (dez/2017); Mobilização na porta da empresa (junho/2018); Audiência Pública na Câmara de Imperatriz (out/2017)...



...abaixo: Equipe de panfletagem no centro de São Luís (dez/2017); Paralisação e Audiência Pública em Pres. Dutra (dez/2017)



Apoiadores da nossa luta

Durante a trajetória para barrar a privatização do setor elétrico, contamos com muitos apoiadores, como alguns parlamentares maranhenses sempre presentes na nossa luta (fotos). Nas páginas 3 e 4, publicamos entrevistas e depoimento (enviados até o fim da edição), trazendo a percepção desses parceiros.



Zé Carlos -PT/MA



Bira - PSB/MA



Zé Inácio -PT/MA



Honorato -PT/MA

Vitória parcial da luta em defesa do setor elétrico

Rodrigo Maia retira privatização da Eletrobras da pauta da Câmara

O Presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia, anunciou, no último dia 11 de julho, que não votará mais esse ano a privatização da Eletrobras, portanto, por enquanto, a venda da Geração e da Transmissão da maior empresa do setor elétrico brasileiro está fora da agenda da Câmara dos Deputados.

Resultado da luta do Coletivo Nacional dos Eletricitários - CNE, a retirada da privatização da Eletrobras da pauta do Congresso é uma vitória incontestável dos trabalhadores e trabalhadoras da holding, que, desde o anúncio do governo Temer, em agosto de 2017, têm se dedicado todos os dias a lutar dentro e fora do Congresso Nacional contra a medida equivocada do atual governo, de entregar, a preço de banana, o patrimônio público brasileiro, avaliado em mais de 400 bilhões de reais, para tentar equilibrar o déficit público.

Nessa trajetória de luta, o CNE conta com grande parte da bancada da Câmara e do Senado, através de diversas frentes parlamentares em defesa do setor elétrico, tais como, as frentes em defesa da Chesf, Eletronorte, Furnas, Eletrosul, Eletrobras, Distribuidoras, etc. Graças a essa forte atuação dentro do Congresso, deu-se também uma incisiva atuação na justiça, seja na justiça do trabalho, na justiça comum, nas estaduais e federal, além das diversas ações que hoje tramitam nos tribunais superiores, como STF e STJ.

As medidas tomadas pelos trabalhadores também tiveram como



Reunião do CNE com o Presidente da Câmara Rodrigo Maia (Jun/2018)

cenário, o TCU, a CVM e a Comissão de Ética Pública, tendo essa última condenado o atual presidente da Eletrobras, Wilson Pinto, à repressão pública por ofensas proferidas contra os empregados da Eletrobras, fato que ensejou em uma ação por danos morais, que hoje tramita na justiça do trabalho, em Brasília, na 19ª Vara.

Mesmo com essa vitória, o CNE não deixará de atuar, uma vez que o governo Temer adotou algumas medidas administrativas, como por exemplo, o Decreto 9188/17 que estabelece as regras para a Alienação de Ativos das Estatais, denominado Regime Especial de Desinvestimento de Ativos, sob alegação de que estas regras irão assegurar a governança, transparência e boas práticas de mercado. Este Decreto estabelece que os Ativos podem ser vendidos para terceiros, mas não se aplica, por exemplo, aos repasses das participações em SPEs entre subsidiárias

e holding. Conforme o Art. 1º/§ 5º, o disposto neste Decreto não se aplica às operações de alienação entre a sociedade de economia mista e as suas subsidiárias e controladas e às operações entre as subsidiárias e as controladas.

O outro é o Decreto nº 9351, de abril de 2018, que aprova as recomendações estabelecidas na Resolução nº 013, de agosto de 2017, e na Resolução nº 030, de março de 2018, do Conselho do Programa de Parcerias de Investimentos da Presidência da República, para início dos procedimentos necessários à contratação dos estudos pertinentes. O CNE, atuando através do PSB, ajuizou ADI para sustar os efeitos dessa medida. A vitória é parcial, porém importante.

Nossa luta não acabou, seguiremos firmes até a instalação de um governo legítimo que respeite o estado nacional e o patrimônio do povo brasileiro.

Até aqui, foram muitos momentos de presença, articulação, convencimento e mobilização em Brasília, com a retaguarda da luta na porta da empresa, na rua e na campanha de mídia.



Audiência na Câmara (set/2017)



Companheiros que não fogem a Luta!

O Deputado Federal Zé Carlos (PT/MA), um dos apoiadores da luta dos eletricitários contra a privatização do Sistema Eletrobras, na Câmara dos Deputados, em Brasília, manifestou-se, a pedido do "Pinga Fogo", sobre as ações e conquistas no Congresso.

Gostaria de destacar três pontos no que concerne ao lançamento da Frente Parlamentar, ocorrido no final de novembro do ano passado.

O primeiro ponto é que a concretização da Frente foi resultado de uma imensa mobilização dos trabalhadores da Eletronorte. Mobilização em todos os sentidos: na conquista da simpatia dos parlamentares; na divulgação por meio de cartazes, banners e panfletos; nas ligações telefônicas e nos e-mails para apoio de parlamentares; na coleta das assinaturas de apoioamento de deputados e senadores, na elaboração do estatuto e dos objetivos da Frente.

O segundo ponto diz respeito ao momento de sua criação e de seu lançamento. A criação e o lançamento da Frente ocorreram no momento oportuno, em meio à tramitação de inúmeras proposições legislativas, de autoria do governo golpista, voltadas para privatizar não apenas a Eletronorte mas todo o Sistema Eletrobras. O terceiro ponto está relacionado à necessidade de criação da Frente.

Uma Frente Parlamentar consegue, de forma relativamente rápida e por meio de debates e outras formas de manifestação, colocar uma boa parte da sociedade a par dos assuntos que levaram à sua criação. No caso da Frente Parlamentar Mista em Defesa da Eletronorte,

os assuntos dizem respeito não apenas à privatização do setor elétrico brasileiro - com o consequente aumento da tarifa de energia para o povo brasileiro - mas também à própria soberania nacional, uma vez que as estatais brasileiras de geração e transmissão de energia passariam para o controle de grandes empresas estrangeiras. Então, isso tudo foi objeto de debates nas reuniões promovidas diretamente pela Frente ou nas que ela participou em apoio à iniciativa de outras entidades.

A luta da Frente, no fundo, é contra a intenção do atual governo golpista, que só governa para agradar o mercado e, conseqüentemente, não desiste de privatizar as estatais brasileiras. Dessa forma, os desafios consistiram e ainda consistem no enfrentamento para barrar as Medidas Provisórias, os Projetos de Lei e os Decretos do governo voltados para a privatização da Eletrobras. Não é uma luta fácil, principalmente porque o governo tem uma maioria, tanto na Câmara quanto no Senado, que tem aprovado algumas dessas proposições.

Então, a cada proposição que é encaminhada ao Congresso Nacional por esse governo, para a venda ou privatização de determinada empresa pública, faz-se necessário um esforço de mobiliza-

ção e conscientização da sociedade para que não ocorra a entrega desse patrimônio nacional ao capital estrangeiro.

O Deputado Rodrigo Maia, Presidente da Câmara dos Deputados, admitiu a dificuldade do governo em fazer aprovar a privatização da Eletrobras e retirou de pauta o projeto de lei de privatização da estatal. Tudo indica, então, que essa matéria não será colocada em votação no decorrer deste ano, o que nos dá mais tempo para trabalharmos e conquistarmos o apoio da sociedade contra essa proposta. Contudo, retirar de pauta não significa desistência total, significa apenas adiamento. Não podemos relaxar. Temos que continuar em guarda, principalmente porque o resultado das próximas eleições está bastante indefinido e, dependendo desse resultado, essa proposta poderá voltar a tramitar após as eleições, a depender do perfil do Congresso que será eleito.

A campanha eleitoral que se aproxima é importante para isso, principalmente devido à possibilidade de utilização de rádio, TV e impressos que denunciem, para toda a sociedade, os desmandos desse governo e a sua intenção em vender a preço de banana, para o grande capital nacional e internacional, as empresas públicas brasileiras.



Dep. Zé Carlos coleta assinatura para criação da Frente



Reunião com o Dep. Arlindo Chinaglia (Junho/2018)